EDITAL ALTERADO ADEQUAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NOVA DATA DE ABERTURA

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

- 1.1. O **MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC**), com sede à Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC, representada neste ato pelo seu Prefeito, Sr. **JULIANO SCHNEIDER**, torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, forma de execução indireta no Regime de empreitada POR PREÇO GLOBAL, à qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis.
- 1.2. O recebimento dos Envelopes **01 DOCUMENTAÇÃO** e **02 PROPOSTA**, contendo a documentação de habilitação dos interessados **CADASTRADOS** junto à Prefeitura Municipal de Luzerna, dar-se-á até <u>às 14h do dia</u> **13 de abril 2022**, no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.
- 1.2.1. Os interessados **NÃO CADASTRADOS** poderão proceder ao cadastramento e/ou atualização do cadastro junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Luzerna, até o **3º (terceiro) dia** anterior à data estipulada para o recebimento da documentação e propostas, observada a necessária qualificação, que consta do item 3.3 deste Edital.
- 1.3. O início da abertura dos Envelopes **01 DOCUMENTAÇÃO**, dar-se-á <u>às 14h10min do dia 13 de abril de</u> **2022**, no Setor de Licitações, situada no endereço mencionado anteriormente. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, ou a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do **Anexo XI** deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes **02 PROPOSTA**, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

2. DO OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra necessários a execução de iluminação com refletores em LED e instalação de subestação de energia de baixa tensão, de acordo com o Convênio nº 909431/2020 celebrado com o Ministério de Turismo, e tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo.
- 2.2. O objeto será executado com recursos provenientes do Convênio nº 909431/2020 celebrado com o Ministério de Turismo, Contrato de Repasse nº 1073399-86, o qual objetiva a "Revitalização do Centro de Eventos São João Batista com implantação de Sinalização Turística no município de Luzerna/SC", com contrapartida financeira do Município.

- 2.3. Os projetos, memoriais e orçamentos foram desenvolvidos pelo Setor de Consultoria Técnica, sob a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da engenheira civil servidora do Município e identificada nos documentos referidos.
- 2.4. A licitação está dividida em dois lotes, facultando-se ao licitante a participação nos lotes que forem de seu interesse.

2.5. DA VISITA TÉCNICA

- 2.5.1. Os licitantes poderão realizar **visita** aos locais onde serão realizados os serviços, com antecedência de **até 01 (um) dia útil antes da data marcada para o recebimento dos envelopes**.
- 2.5.2. As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.
- 2.5.3. As visitas somente serão realizadas em dias úteis, das 13h às 19h, e deverão ser <u>previamente agendadas</u> junto ao Setor de Consultoria Técnica, pelo telefone: (49) 3551 4700.
- 2.5.3.1. As visitas deverão ser feitas por profissional qualificado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação e de instrumento que o habilite à representação legal da empresa.
- 2.5.3.2. No dia e hora agendados, o servidor designado pela Consultoria Técnica acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um "Atestado de Visita Técnica", conforme modelo disposto no Anexo XII.
- 2.5.3.3. A não realização de visita não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação. Caso não realizada a visita, o atestado de visita deverá ser substituído por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

2.6. DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.6.1 O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos e demais informações constantes do **Anexo I** do presente Edital.
- 2.6.2 A proponente vencedora deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 1 (um) mês quanto ao LOTE 1; e de até 3 (três) meses quanto ao LOTE 2; contados da mesma data.
- 2.6.3 Para o **início** dos serviços são necessários os seguintes documentos:

2.6.3.1. Pela empresa contratada:

- a) Visto junto ao CREA/SC, CAU/SC e/ou CRT/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.
- b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
 - c) CNO da Previdência Social;
 - d) Livro de Registro dos funcionários;
 - e) Programas de Segurança do Trabalho;
 - f) Diário de obra de acordo com o Tribunal de Contas.

2.6.3.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando o início da obra.

2.6.4. Da execução dos serviços:

- a) Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- b) Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, CAU e CFT, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas

 ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- c) Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.
- d) A proponente vencedora deverá disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aos funcionários que executarão as obras descritas neste Edital e seus Anexos, devendo ainda, serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.
- e) A proponente vencedora levará em consideração, ainda, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- f) As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- g) Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- h) Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- i) A proponente vencedora, durante a execução da obra, deverá periodicamente remover entulhos e detritos que venham a se acumular no canteiro, entregando a obra completamente limpa.
- j) Para as empresas que participarão do lote 2 e não possuem homologação junto a CELESC, será permitida a subcontratação de empresa para realizar o serviço de intervenção na rede da concessionária (apenas efetuar a conexão entre a rede nova a ser executada e o ponto de entrega).

2.6.5. Da medição dos serviços:

- a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.
- b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.
- c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.
- 2.6.6. Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:
- a) "As built" da obra SE NECESSÁRIO;
- b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

2.6.7. A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta Licitação quaisquer interessados que atendam às exigências do Edital, desde que isoladamente, ficando expressamente proibida a participação de empresas em consórcio.
- 3.2. A empresa licitante deverá ter como objeto de exploração descrito em seu contrato social, atividade inerente ao objeto desta Licitação.
- 3.3. Para participação neste certame, os interessados deverão estar devidamente **cadastrados** ou deverão proceder ao **cadastramento/atualização do cadastro até o 3º (terceiro) dia** anterior à data estipulada para o recebimento da documentação e propostas, observada a necessária qualificação.
- 3.3.1. Para o respectivo **cadastramento**, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:
 - a. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original com as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - b. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado;
 - c. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - d. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
 - e. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
 - f. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
 - g. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - h. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).
 - i. Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
 - j. Atestado de desempenho anterior, de atividade relacionada com o ramo da empresa, de pessoas jurídicas ou particulares, indicando o local, natureza, volume, quantidade, prazo e outras características;
 - k. Balanço patrimonial e Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Para empresas recém-constituídas poderá ser apresentada cópia do Balanço de Abertura ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 3.3.2. Para a respectiva **atualização cadastral**, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:



Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000 (49) 3551-4700 | www.luzerna.sc.gov.br | debora@luzerna.sc.gov.br

- a. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original com as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- c. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos **Estaduais**, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- d. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos **Municipais**, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- e. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).
- 3.4 Os documentos discriminados acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 3.5 Não poderão participar desta licitação:
- a) Empresas declaradas inidôneas, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com o Município ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93).
 - b) Consórcio de empresas;
- c) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, na forma do art. 9°, I, da Lei n° 8.666/93:
- d) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, na forma do art. 9°, II, da Lei n° 8.666/93;
- e) Direta ou indiretamente, servidor, agente político ou responsável pela Licitação, parlamentar, na forma do art. 9°, III, da Lei n° 8.666/93.
- 3.6 É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (redação dada em conformidade com o acordão 1.201/2020, do TCU).
- 3.7 A participação nesta Licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.8 Da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

- 3.8.1. O Licitante caracterizado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar essa condição, sob pena de não serem reconhecidos os privilégios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da referida Lei.
- 3.8.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da documentação prevista no item 5.8 deste Edital.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Fica a critério do proponente **se fazer representar ou não** na sessão.
- 4.2. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma **Carta de Credenciamento**, conforme modelo sugestivo constante do Anexo II deste Edital, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações na data de abertura dos Envelopes 01, ou através de procuração com firma reconhecida em cartório. No ato de entrega dos envelopes, o representante também deverá identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento de identificação.
- 4.3. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4. Cada representante somente poderá representar uma única proponente.
- 4.5. A ausência ou vício dos documentos impedirá o interessado de se manifestar e/ou responder pela licitante, embora não seja negado àquela o direito de participar da licitação.
- 4.6. A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido nos subitens 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega até o dia e horário indicados para protocolo. O Município de Luzerna e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro dos prazos estabelecidos nos subitens 1.2 deste Edital, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

DA HABILITAÇÃO

5.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo no envelope a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE SEM ABREVIAÇÕES) CNPJ: E-MAIL: ENVELOPE Nº 01 – "HABILITAÇÃO"

5.2. No Envelope de Habilitação deverão estar inseridos os seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual, ou
- Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.2.2 - Quanto a Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) **Certificado de Registro Cadastral atualizado**, emitido por servidor competente da Prefeitura de Luzerna, observadas as datas de validade da documentação nele relacionada. Caso ocorra o

vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

- 5.2.2.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar no envelope de Habilitação toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, como por exemplo: estar fora do prazo da validade e/ou comprove a situação irregular da empresa.
- 5.2.2.2 Todavia, apresentada a documentação constante do item 5.2.2 acima, eventual restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista poderá ser sanada no **prazo de 5 (cinco) dias úteis,** cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, na forma das Leis Complementares Federais nº 123/06 e 147/14.
- 5.2.2.3 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n° 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.2.3 - Quanto à Qualificação Técnica

- 5.2.3.1 Prova de registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou ainda no CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas, da região da sede da empresa. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o visto junto ao CREA/CAU/CRT-SC até o início dos serviços.
- 5.2.3.2 Comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado da ART, RRT, TRT ou Acervo Técnico emitido pelo CREA, CAU ou CRT, indicando que a proponente tenha executado obras compatíveis com o objeto da licitação.
- 5.2.3.3 Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro Civil/Elétrico, Arquiteto ou Técnico em Eletrotécnica, o qual será obrigatoriamente o profissional preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA/CAU/CFT, por execução de obras de características semelhantes aos do objeto deste Edital, devendo juntar para tal comprovação os seguintes documentos:
 - a) Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o profissional indicado pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa;
 - b) Certidão de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA/CAU/CFT deste mesmo profissional que comprove ter se responsabilizado por serviços relativos às parcelas de "Maior Relevância". Serão considerados como itens de maior relevância:
 - b.1) Para o lote 1: instalações elétricas de baixa tensão, instalação de ponto elétrico;
 - b.2) Para o lote 2: aterramento, transformador, subestação, rede de média tensão, rede de distribuição.

- 5.2.3.4. Prova de que a licitante possui em seu quadro no mínimo 01 (um) profissional credenciado através de cópia do certificado, dentro de seu prazo de validade, **com o curso de NR 10 para serviços em eletricidade**.
- 5.2.3.5. Prova de que a licitante possui em seu quadro no mínimo 01 (um) profissional credenciado através de cópia do certificado, dentro de seu prazo de validade, com o curso de NR 35 para trabalho em altura, acompanhado do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) expedido por profissional legalmente habilitado e dentro do seu prazo de validade somente este funcionário poderá exercer as atividades de trabalho em altura.
- 5.2.3.6. Ao licitante que participar do LOTE 2, deverá apresentar comprovante de que a empresa possui homologação junto à CELESC, pois o projeto contempla intervenções na rede da concessionária.
- 5.2.3.6.1. Caso a licitante não possua homologação junto a CELESC, será permitida a subcontratação de empresa para realizar o serviço de intervenção na rede da concessionária. **Para tanto, é necessário a apresentação dessa documentação em nome da empresa que será subcontratada.**

5.2.4 – Quanto à Qualificação Econômico-Financeira

- 5.2.4.1 É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (redação dada em conformidade com o acordão 1.201/2022, do TCU). Quanto as demais empresas que não se enquadram nesse caso, devem apresentar:
- 5.2.4.1.1 Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Recuperação Judicial ou Concordata, expedida(s) até **60** (sessenta) dias antes da data limite para apresentação das propostas, a(s) qual(is) deve(m) ser expedida(s) pela Corregedoria ou por órgão correspondente do Estado ou do Distrito Federal, ou do Fórum da Comarca, onde está sediada a empresa, devendo as empresas sediadas no Estado de Santa Catarina verificarem as exigências do Poder Judiciário, quanto à expedição da(s) certidão(ões) nos sistemas SAJ e eproc, para fins de validade.
 - Obs.: A licitante que possua sede da empresa no estado de **Santa Catarina**, deverá emitir a **Certidão de Falência e Concordata** através do endereço eletrônico: https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do, sendo que esta certidão somente é válida desde que apresentada juntamente a respectiva **certidão de registros cadastrados no sistema eproc**, disponível através do endereço https://certeproc1g.tjsc.jus.br.
- 5.2.4.2. Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) relativos ao último exercício social já exigível e apresentados na forma da Lei (vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios). O último exercício social será o ano anterior ao corrente, considerando-se:
 - a) Para as empresas com contabilidade escriturada por meio do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), a partir de 1º de junho do ano corrente, devendo comprovar essa forma de escrituração por meio de apresentação do recibo gerado pelo SPED;
 - b) Para as demais empresas, a partir de 1º de maio do ano corrente, com o devido registro no órgão competente.
 - c) O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.
- 5.2.4.2.1. Para **empresas recém-constituídas** deverá ser apresentada cópia do **Balanço de Abertura**, contendo as assinaturas do representante legal da empresa e do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no **livro diário**, e este, necessariamente, registrado no Departamento

Nacional de Registro de Comércio – DNRC ou Junta Comercial ou órgão equivalente. No caso de sociedades civis tais documentos poderão ser registrados em cartório competente.

- 5.2.4.3. A situação financeira da empresa será avaliada pela **apresentação dos cálculos dos índices contábeis a seguir**, provenientes de dados extraídos do balanço do exercício financeiro já encerrado pela empresa, com nome e assinatura do representante legal da empresa e do profissional contábil que calculou os índices:
- a) **Índice de Liquidez Geral ILG**: Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de liquidez geral aplicando a seguinte fórmula:

ILG = <u>Ativo circulante + Realizável a Longo Prazo</u> Passivo circulante + Exigível a Longo Prazo

OBS.: Será considerada HABILITADA a empresa cujo "Índice de Liquidez Geral" for **igual ou superior a 1,0** (um vírgula zero).

b) **Índice de Liquidez Corrente – ILC**: Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de liquidez corrente aplicando a seguinte fórmula:

ILC = <u>Ativo circulante</u> Passivo circulante

OBS.: Será considerada HABILITADA a empresa cujo "índice de liquidez corrente" for **igual ou superior a 1,0** (um vírgula zero).

c) **Índice de Endividamento Geral**: Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de endividamento geral pela seguinte fórmula:

IEG = (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) Ativo Total

OBS.: Será considerada HABILITADA a empresa cujo "índice de endividamento geral" for **igual ou inferior a 1,0** (um vírgula zero).

A justificativa para os índices contábeis citados anteriormente, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira da licitante, razão pela qual não apresenta restritividade indevida.

- 5.2.4.3.1. As empresas com tempo de existência <u>inferior a 1 (um) ano ficam dispensadas</u> de apresentar os índices contábeis exigidos no subitem 5.2.4.3.
- 5.2.5 Em anexo aos documentos de habilitação do presente processo licitatório deverão ser encaminhados:
 - a) Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 4.358, de 05/09/2002;



Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000 (49) 3551-4700 | www.luzerna.sc.gov.br | debora@luzerna.sc.gov.br

- b) Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Luzerna ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93);
- c) Declaração emitida pelo representante da empresa interessada, de que a proponente não possui no quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- d) Declaração de que a empresa proponente tem conhecimento dos Projetos, Memorial Descritivo e das condições locais de onde será executado o objeto, e que, se vencedora deste processo, disporá de pessoal técnico qualificado, dos equipamentos necessários e em número suficiente para a execução do objeto;
- e) Declaração do conhecimento e cumprimento das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.
- 5.3. Os documentos discriminados acima poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.
- 5.4. As empresas que quiserem autenticar documentos junto a Prefeitura de Luzerna deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, até 03 (três) dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, de segunda a sexta-feira, das em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Luzerna/SC, na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.
- 5.5. A Comissão de Licitações poderá promover a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.
- 5.6. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.
- 5.7. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.
- 5.8. A condição de **Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, para as empresas que optarem em usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como para efeito do tratamento diferenciado previsto na mesma, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação, que deverá estar dentro do **ENVELOPE Nº 01 DA DOCUMENTAÇÃO**:
 - a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
 - a.1) A Certidão deve estar **atualizada**, ou seja, emitida a <u>menos de 120 (cento e vinte) dias</u> da data marcada para a abertura da presente Licitação.
 - b) No caso de Microempreendedor Individual (MEI), o documento a ser apresentado é o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação, ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br, na forma que prescreve o art. 3º, IX, da Resolução nº 16/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios CGSIM.

- c) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo V, do presente Edital.
- 5.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 8.4 e seguintes do presente Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A proposta, de caráter irrevogável e irretratável, deverá ser apresentada datada e assinada, em papel timbrado ou carimbo que a identifique, preferencialmente impressa ou datilografada, sem ressalvas, rasuras ou entrelinhas (modelo Anexo III), em envelope lacrado e rubricado no fecho, onde se identifique:

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE SEM ABREVIAÇÕES) CNPJ: E-MAIL: ENVELOPE Nº 02 – "PROPOSTA"

6.2. Na carta proposta:

- a) Preço unitário e total dos itens cotados, bem como o preço proposto de forma global para a execução do objeto, conforme estabelecido no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimativo, Cronograma, Composição do BDI e demais informações constantes do **Anexo I** do presente Edital.
- b) Prazo de início dos serviços que deverá ser até **10 (dez) dias** contados da data da emissão da Ordem de Serviço Inicial, bem como prazo para entrega da obra, que deverá estar de acordo com o estipulado no cronograma em anexo ao presente edital;
- c) Para fins de retenção do INSS e atendimento dos requisitos do E-sfinge Obras do Tribunal de Contas do Estado, discriminar:
- Valor do material;
- Valor da mão de obra;
- Composição do BDI e das Leis Sociais, conforme modelo disponibilizado na página do Município de Luzerna na Internet, na respectiva licitação, o qual poderá ser adequado pela proponente.
- d) Cronograma físico-financeiro de execução da obra, compatíveis com os preços unitários apresentados na proposta, distribuídos pelo período total previsto para a execução do objeto licitado.
- e) Atestado de garantia da obra por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra.
- f) Local, data, rubrica, assinatura e identificação do representante legal.
- 6.3. Dentro do envelope de proposta, deverá constar o Atestado de Visita Técnica emitido pelo Setor de Consultoria Técnica do Município de Luzerna, conforme disposto no item 2.5 deste Edital, ou declaração formal

assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

- 6.3.1. A licitante que não apresentar o Atestado de Visita Técnica ou a declaração de que trata o item 6.3, fica responsável pelas condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, independentemente de declaração expressa.
- 6.4. O proponente ao elaborar a sua proposta deverá observar os valores máximos de: R\$ 13.217,18 (treze mil, duzentos e dezessete reais e dezoito centavos) para o LOTE 1; e R\$ 307.575,14 (trezentos e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e catorze centavos) para o LOTE 2, sob pena de desclassificação;
- 6.5. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.
- 6.6. A empresa proponente, independentemente de declaração expressa, encontra-se vinculada aos prazos e condições fixados no presente Edital.
- 6.7. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital e seus anexos.
- 6.8. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, diárias, hospedagem, alimentação e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- 6.9. É vedada a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.
- 6.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço ou outra condição que importe em modificação dos termos originais, exceto quando aplicável às disposições da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.11. A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação do proponente.

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

- 7.1. A Comissão de Licitações procederá ao recebimento dos envelopes **DOCUMENTAÇÃO** e **PROPOSTA**, até às 14 horas do dia 13 de abril de 2022, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Luzerna, e a partir das 14h10min, efetuará a abertura dos mesmos, de acordo com a legislação aplicável à matéria e às condições deste Edital, em especial ao que determina o art. 43 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 7.2. Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os Envelopes da Documentação e Proposta, apresentados após o horário estipulado para o recebimento dos mesmos.
- 7.3. A Comissão de Licitações, inicialmente procederá à abertura dos envelopes com os documentos de habilitação ENVELOPE Nº 01, <u>a partir das 14 horas e 10 minutos do dia 13 de abril de 2022</u>, em sessão pública, onde os membros da Comissão e os representantes credenciados das empresas participantes examinarão e rubricarão cada documento.
- 7.4. Serão consideradas não habilitadas as empresas cuja documentação deixar de satisfazer as exigências deste Edital.

- 7.5. Serão devolvidos fechados, os envelopes das propostas das empresas não habilitadas, desde que não haja recurso.
- 7.6. Somente poderá manifestar-se a empresa que estiver representada por seu proprietário, diretor ou pessoa devidamente credenciada, munida de procuração com poderes para tal e firma reconhecida.
- 7.7. Encerrada a fase de habilitação e não havendo necessidade de suspensão da reunião, ou a interposição de qualquer recurso, passar-se-á a abertura dos envelopes das propostas ENVELOPE Nº 02 das empresas habilitadas, os quais deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados das empresas.
- 7.8. Após a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
- 7.9. Analisadas as propostas, a classificação far-se-á de acordo com as regras estabelecidas no § 1º, inciso I, do art. 45 da Lei 8.666/93, sendo que para efeito de julgamento será considerado o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**
- 7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem qualquer das exigências deste Edital, bem como as propostas manifestamente inexeguíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação.
- 7.11. Amparada no princípio da razoabilidade, a comissão poderá declarar habilitada, empresa que tenha apresentado documentação de habilitação ou proposta, eivadas de simples omissões, vícios ou defeitos irrelevantes, desde que estes não comprometam o julgamento objetivo que lhe é correlato.
- 7.12. Em caso de empate, a decisão será por sorteio, em ato público, conforme o estabelecido no art. 45, § 2º da Lei 8.666/93 e suas alterações, observando-se, quando aplicável, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.13. Após a abertura dos envelopes, as informações somente serão fornecidas, desde que solicitadas por escrito.
- 7.14. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos presentes, contendo os registros de recebimento e análise da documentação, do julgamento das propostas, da interposição de recursos e das demais informações pertinentes.
- 7.15. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.
- 7.16. Para o bem dos serviços, a Comissão de Licitações, julgando conveniente, reserva-se o direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

8. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 8.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observado o disposto no subitem 3.7 deste Edital.
- 8.1.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 8.1.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:



- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, até 02 (dois) dias úteis da data de abertura das propostas, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 8.1.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.
- 8.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 8.1.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.3. O disposto no subitem 8.1.2 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 8.4. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.
- 8.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.5. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. As empresas licitantes poderão interpor recursos às decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações, sendo acolhidas, somente aquelas que apresentadas tempestivamente em conformidade com as disposições do artigo 109, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, contados da intimação do Ato ou da Lavratura da Ata.
- 9.2. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 9.4. Os recursos, quando recebidos e acatados, serão processados, com estrita observância aos procedimentos ditados pelo Estatuto das Licitações, em todas suas fases e instâncias, dando-se conhecimento e ampla defesa aos licitantes.

- 9.5. Os recursos deverão ser redigidos por escrito, devidamente fundamentados e protocolados no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.
- 9.6. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Transcorridos os prazos recursais e decididos os recursos eventualmente interpostos, será a presente Licitação submetida à autoridade competente para os procedimentos de homologação e adjudicação do objeto à empresa vencedora.
- 10.2. Após a homologação e adjudicação, o proponente vencedor será notificado para celebrar o contrato.
- 10.3. A recusa injustificada do licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto para a contratação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando às penalidades previstas do presente Edital.

11. DA CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA

- 11.1. Fica estabelecido que, com a empresa licitante vencedora será celebrado contrato que deverá ser assinado em até **05 (cinco) dias**, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 11.2. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.
- 11.3. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.
- 11.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.
- 11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12. DA GARANTIA DA OBRA E DO SERVIÇO:

- 12.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da CONTRATANTE e no presente Contrato;
- 12.2. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da

execução ou de materiais empregados.

- 12.3. O CONTRATADO responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de **05 (cinco) anos**, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- 12.3.1. Desta forma, cabe ao CONTRATANTE, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.
- 12.4. Na hipótese de a CONTRATADA se recusar em atender o disposto nesse item (*da garantia da obra e do serviço*) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da CONTRATADA.

13. DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o Município exercerá a fiscalização e acompanhamento através do Setor de Consultoria Técnica, representado pela engenheira Srta. JULIANA CORBANI e o Consultor Técnico Sr. ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL, ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercendo a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.
- 13.2. A fiscalização se efetivará no local da obra.
- 13.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.
- 13.4. O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.
- 13.5. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.
- 13.6. A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.
- 13.7. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.
- 13.8. Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.
- 13.9. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

14. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 14.1. Cabe ao Município:
- 14.1.1. A definição do objeto desta licitação;

14.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório e à fiscalização do contrato:

- 14.1.3. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo pelo servidor designado;
- 14.1.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as disposições do presente Edital;
- 14.1.5. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5° (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 14.1.6. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços, para início da execução dos objetos, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

14.2. Cabe ao Proponente Vencedor:

- 14.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo, Orçamento Máximo e demais informações constantes do Edital, em especial quanto ao item 2.4 Da Forma de Execução;
- 14.2.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial:
- 14.2.3. Subcontratar empresa para realizar o serviço de intervenção na rede da concessionária CELESC (apenas efetuar a conexão entre a rede nova a ser executada e o ponto de entrega), caso a CONTRATADA não possua homologação junto a CELESC.
- 14.2.4. Entregar a obra, completamente executada, em até 1 (um) mês quanto ao LOTE 1; e em até 3 (três) meses quanto ao LOTE 2; contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece os cronogramas físico-financeiros;
- 14.2.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 14.2.6. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 14.2.7. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 14.2.8. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a quarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;
- 14.2.9. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 14.2.10. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada; realizando a fiscalização sobre o uso dos EPI's pelos funcionários;
- 14.2.11. Atender as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- 14.2.12. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;
- 14.2.13. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;
- 14.2.14. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;
- 14.2.15. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;
- 14.2.16. Fornecer à Secretaria Municipal de Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 14.2.17. Facilitar todas as atividades de fiscalização pelos servidores do Município, permitindo inclusive o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da CONTRATADA, na forma dos arts. 45 e 49 a 51 da Portaria nº 424/2016;
- 14.2.18. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao inicio da execução do obieto:
- 14.2.19. Fornecer ART dos serviços executados.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1.A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- 15.2.A incoerência do contratado, nas hipóteses previstas no artigo 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do contrato, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- 15.3. A rescisão contratual poderá ser:
- 15.3.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.
- 15.3.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.
- 15.3.3. Judicial, nos termos da legislação.
- 15.4. A aplicação das penalidades previstas no Item 16 não eximirá o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

16. DAS PENALIDADES

- 16.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 16.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
- 16.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);
- 16.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
- 16.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;
- 16.3.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 15.4 O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 16.3.1 e 16.3.2 será o valor inicial do Contrato.
- 15.5 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Luzerna.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 17.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pelo Setor de Consultoria Técnica da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.
- 17.2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 17.3. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

- 17.4. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.
- 17.5. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".
- 17.6. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a Contratada;
- 17.7. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório, bem como o *número do Convênio (Convênio 909431/2020, Programa: Apoio a Projetos de infraestrutura turística).*
- 17.7.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.
- 17.8. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.
- 17.9. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência do presente Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s)

04.008.15.451.0400.2.408- Manutenção e conservação de prédios públicos

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):

544 - Convênio Turismo 909431/2020 - Centro de eventos

000 - Recurso ordinários

18.2. <u>O valor total máximo para esta contratação é R\$ 320.792,32 (trezentos e vinte mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos).</u>

19. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

19.1. A Comissão de Licitações poderá pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase da licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazos para atendimento destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo.

- 19.2. Caberá ao Gestor da Pasta, revogar ou anular esta Licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 19.3. Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, e que depois venham apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 19.4. Após a abertura dos envelopes, as informações somente serão fornecidas, desde que solicitadas por escrito.
- 19.5. Para os casos omissos do presente Edital, aplicar-se-á o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.
- 19.6. São partes integrantes do presente Edital:
- Anexo I Projetos; Memorial Descritivo; Orçamento Estimativo; Cronograma; Quadro de Composição do BDI;
- Anexo II Modelo de Carta de Credenciamento:
- Anexo III Modelo de Proposta;
- Anexo IV Modelo de Declaração do Conhecimento e cumprimento das normas regulamentadoras de Segurança e Saúde no trabalho;
- Anexo V Modelo da Declaração de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI Modelo da Declaração de que conhece na íntegra o Edital;
- Anexo VII Modelo de Declaração de inexistência de trabalho de menor para fins de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Anexo VIII Modelo de Declaração de que não existem fatos impeditivos e que não foi declarada inidônea por ato do poder público de Luzerna;
- Anexo IX Modelo de Declaração de que não possui servidor público da ativa:
- Anexo X Modelo de Declaração de que conhece os projetos e que disponibilizará pessoal técnico para execução do objeto;
- Anexo XI Modelo de Termo de renúncia relativo ao julgamento da fase de habilitação;
- Anexo XII Modelo de Atestado de Visita Técnica;
- Anexo XIII Minuta.
- 19.7. Quaisquer informações a respeito deste Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações do Município de Luzerna pelo telefone (49) 3551.4700.
- 19.8. Os pedidos de informações complementares poderão ser feitos, por escrito, até a data prevista para a entrega da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços, fixada no preâmbulo do presente Edital. O Município de Luzerna, através do setor responsável responderá, por escrito, os pedidos considerados procedentes.
- 19.9 As atas das sessões de abertura de envelopes serão disponibilizadas no site do Município (www.luzerna.sc.gov.br > licitações > tomada de preços), em até 1 (um) dia após as sessões públicas, portanto não serão distribuídas a fotocópia da(s) ata(s) aos licitantes.
- 19.9.1. Caso o licitante necessite da fotocópia da Ata ou outros documentos inerentes ao certame seguirá a forma disposta no Decreto nº 2.146 de 20 de novembro de 2015 que estabelece o "valor do preço do serviço de reprografia realizado pelo Poder Executivo Municipal de Luzerna/SC".
- 19.10. Para dirimir questões decorrentes do presente Edital fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Luzerna (SC), 25 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE LUZERNA Juliano Schneider Prefeito

ANEXO I

PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO, CRONOGRAMA E QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

 Os Memoriais Descritivos, os Projetos, os Orçamentos Estimativos, os Cronogramas e o Quadro de Composição de BDI estão disponíveis no site do Município (<u>www.luzerna.sc.gov.br</u>), na aba Licitações, Tomada de Preços ou poderão ser retirados na Prefeitura de Luzerna, no Setor de Consultoria Técnica. Também poderão ser solicitados por e-mail: <u>engenharia@luzerna.sc.gov.br</u> ou planejamento@luzerna.sc.gov.br.

ANEXO II MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: CNPJ:
À Comissão Permanente de Licitações do Município de Luzerna - SC
Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de identidade nº e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº/2022, instaurado pelo Município de Luzerna/SC.
Na qualidade de representante legal da empresa, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.
Local, de de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal) (número do RG/CPF)

ANEXO III MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Referente: Processo de Licitação nº 0xx/2022 - Edital TP nº 00x/2022/PML.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra necessários a execução de iluminação com refletores em LED e instalação de subestação de energia de baixa tensão, de

acordo	com o Convênio nº 909431/2020 celebrado com o Min		ido em conformidade com os
	s, memorial descritivo e orçamento em anexo.	iistorio do Tarisirio, e ta	ao cin comonnidade com os
ρισμοίο	o, momenta accomite e organismo em anexe.		
Razão	Social:		
CNPJ/N	MF:		
Endere	co.		
Telefor	ne: E-mail:		·
Banco:	e:E-mail: Agência:	Conta nº:	
	endimento ao item 6 do Edital e seus anexos, apre		
execuç	ão dos serviços pertinentes ao objeto desta licitação, a	ı qual detalhamos na se	eguinte forma:
LOTE 1	- ILUMINAÇÃO COM REFLETORES EM LED		
LOIE	Descrição	Valor total material	Valor total mão-de-obra
Fornecii	mento de materiais e serviços necessários à execução da	vaioi totai materiai	Valor total mao-de-obra
	zão com refletores em LED na fachada principal do prédio		50
	tro de Eventos São João Batista, conforme previsto em	R\$	R\$
orçameı	nto, projetos e memorial descritivo.		
LOTE '	1: PREÇO GLOBAL DE R\$ ()
LOTE 2	- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA DE BAIXA TENSÃO		
	Descrição	Valor total material	Valor total mão-de-obra
Fornecii	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de	Valor total material	Valor total mão-de-obra
Fornecii uma su	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador		
Fornecii uma sul trifásico	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de	Valor total material	Valor total mão-de-obra
Fornecii uma sul trifásico Eventos	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento,		
Fornecii uma sul trifásico Eventos	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de		
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento,	R\$	R\$
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo.	R\$	R\$
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de s São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$	R\$
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de s São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$	R\$ antagens e/ou abatimentos,
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ sustos de eventuais va	R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ sustos de eventuais va	R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ sustos de eventuais va	R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo a contra	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ sustos de eventuais va	R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo a contra	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ sustos de eventuais va	R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo a contra	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ sustos de eventuais va balhistas, previdenciár alimentação e quaisqu	R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os ier outros que incidam sobre
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo a contra	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de s São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ custos de eventuais va balhistas, previdenciár alimentação e quaisquede(R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os
Fornecii uma sul trifásico Eventos projetos LOTE 2 No val imposto relativo a contra	Descrição mento de materiais e serviços necessários à instalação de bestação de energia de baixa tensão, com transformador - 225kVA, para alimentação do prédio do Centro de São João Batista, conforme previsto em orçamento, e memorial descritivo. 2: PREÇO GLOBAL DE R\$	R\$ custos de eventuais va balhistas, previdenciár alimentação e quaisquede(R\$ antagens e/ou abatimentos, ias, fiscais, assim como os ier outros que incidam sobre



SETOR DE LICITAÇÕES

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

(49) 3551-4700 | www.luzerna.sc.gov.br | debora@luzerna.sc.gov.br

2.	Que	esta empre	esa ten	n pleno	conhecimento	dos l	^P rojetos, Me	mor	ial Desc	critivo	o, Orçam	ento	Es	timativo e
	das	condições	locais	para d	cumprimento	das	obrigações	do	objeto	da	licitação,	e q	ue	concorda
	plena	amente cor	m os me	esmos.										

3.	Que os serviços terão início em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial
	(), de de 2022.

Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Referente: Processo de Licitação N° 0xx/2022 - Edital TP N° 00x/2022/PML.

Declaramos para os devidos fins e a quem possa interessar, que conhecemos e cumprimos rigorosamente os dispositivos legais integrantes das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para os serviços e obras prestados para a Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, tendo assim pleno conhecimento das consequências judiciais ante o seu descumprimento.

	(),	_ de	de 2022.
Representante	e Legal – Ca	rgo/Função	na Empresa

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

		, inscrita no CNPJ so	b o nº	, por
intermédio de seu representa	ante legal, o(a) Sr.(a.)		, portador(a) da	Carteira de
Identidade nº	, do CPF nº	, DECLARA,	sob as sanções ad	Iministrativas
cabíveis e sob as penas da lei,	que esta empresa, na p	resente data, é consider	ada:	
() MICROEMPRESA, conformulation () da Lei Complementar nº 123/20				3°, art. 18-E
() EMPRESA DE PEQUENO	PORTE, conforme inciso	II do art. 3.º da Lei Com	nplementar nº 123, de	: 14/12/2006.
Declara ainda que a empresa e 123, de 14 de dezembro de 20	-	ŏes constantes do § 4º d	lo art. 3.º da Lei Com	plementar nº
		,	de	de 2022.
-	Representante Legal –	Cargo/Função na Empre	 	
		- '		

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE NA ÍNTEGRA O EDITAL

de seu representante legal, o (a) Sr.(a)	, inscrita no CNPJ sob o nº , portador(a)	, por intermédio da Carteira de Identidade nº
, do CPF nº	, DECLARA que conhece na ín	itegra o Edital de Tomada de
Preço nº/2022/PML, Processo de estabelecidas.	Licitação nº/2022/PML e se	submete às condições nele
		, em de 2022.
Representa	ente I egal – Cargo/Função na Empresa	

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR PARA FINS DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Razão Social)		, inscrita	no CNPJ/MF no
	, sediada no endereço		مام منام م
de	, por seu representante legal, e para fins do Process	o Licitatório	n°/2022/PML
 Tomada de Preço nº 	°/2022/PML, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE para o	s devidos fin	s e sob as penas
da lei, não possui ei	m seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) ano	s desemper	hando trabalhos
salvo se contratados s	ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempe sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, n		
art. 7° da Constituição	Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).		
		de	de 2022.
	Nome e assinatura do representante legal na empresa	— 1	
	Carimbo		

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXISTEM FATOS IMPEDITIVOS E QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA POR ATO DO PODER PÚBLICO DE LUZERNA

(Razão Social)				, inscrita	no CNPJ/MF no
,	, sediada no	endereço			, na cidade
de	, por seu represe	ntante legal, e para t	fins do Process	so Licitatório	nº/2022/PML
– Tomada de Preço nº	/2022/PML, DECLAR	RA EXPRESSAMEN	ITE, sob as pe	nas cabíveis,	que não existem
	itivos de sua habilitação	•			
•	ou que esteja temporari Municipal ou quaisquer d	•	,		
0.000/30),					
				de	de 2022.
	Representante L	egal – Cargo/Função	o na Empresa		

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

(Razão Social)			, inscrita	no CNPJ/MF nº
,	, sediada no endere	Ç0	,	, na cidade
de	, por seu representante l	legal, e para fins do Proc	esso Licitatório	nº/2022/PML
- Tomada de Preço nº .	/2022/PML, DECLARA EXI			
no quadro societário se mista.	ervidor público da ativa ou emp	pregado de empresa púl	olica ou socieda	ade de economia
			de	de 2022.
	Renresentante Legal – (Cargo/Função na Empres		

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE OS PROJETOS E QUE DISPONIBILIZARÁ PESSOAL TÉCNICO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

(Razão Social)				, inscrita	no CNPJ/MF no
,	, sediada no end	lereço			, na cidade
de	, por seu representar	nte legal, e para fin	s do Proces	so Licitatório	nº/2022/PML
•	n°/2022/PML, DECLAI		,		, i
-	etos, Memorial Descritivo e o	•			•
se vencedora deste pr número suficiente para	ocesso, disporá de pessoa a execução do objeto;	al técnico qualifica	do, dos equ	uipamentos n	ecessários e em
				de	de 2022.
					
	Representante Lega	I – Cargo/Função r	na Empresa		

ANEXO XI

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC

TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

(Razão Social)			, inscrita	no CNPJ/MF nº
,	, sediada no ender	reço	,	, na cidade
de	, participante da Licita	ação modalidade TOMA	DA DE PREÇOS	Nº 00x/2022 da
pela Lei nº 8.666/93, d os documentos de hab respectivo, e concorda	e Luzerna, através de seu repre e 21/06/1993, que não pretend bilitação preliminar, renunciand indo, em consequência, com o osta de preço dos proponentes	e recorrer da decisão da o, assim, expressamente curso do Procedimento	Comissão de Lici e, ao direito de re	tação, que julgou curso e ao prazo
		,	de	de 2022.
		epresentante legal na em		

ANEXO XII MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

	 fins de habilitaçã		-			que a empresa
representada por_	 					dia xx/xx/2022
nos lugares em que	ados os serviços supracitada decla	constantes da li	citação.			
que tem pleno conh objeto do certame.						
				/SC,	de	de 2022.
		cípio de Luzern Consultoria Téc		_		
	Nome do	Empresa: Representante	legal:			

ANEXO XIII

CONTRATO PML Nº .../2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0xx/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 00x/2022

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, maior e capaz, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxx, e portador da cédula de identidade RG nº xxxxxxxx, denominado CONTRATANTE e Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ..., com endereço na Rua ..., nº..., em cidade (UF), representada por seu(sua) cargo, nome, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ..., residente e domiciliado(a) na Rua ..., nº..., em cidade(UF), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 0xx/2022, Tomada de Preços nº 0xx/2022, é a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra necessários a execução de iluminação com refletores em LED e instalação de subestação de energia de baixa tensão, de acordo com o Convênio nº 909431/2020 celebrado com o Ministério de Turismo, e tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, constituindo-se em:

Item/lote	Descrição	Valor total da contratação	
		R\$	

- 1.2. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos e demais informações constantes do **Anexo I** do Edital.
- 1.3. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 1 (um) mês quanto ao LOTE 1; e de até 3 (três) meses quanto ao LOTE 2; contados da mesma data.
- 1.4. Para o **início dos serviços** são necessários os seguintes documentos:
- 1.4.1. Pela **CONTRATADA**:
 - a) Visto junto ao CREA/SC, CAU/SC e/ou CRT/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.
 - b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados:
 - c) CNO da Previdência Social:
 - d) Livro de Registro dos funcionários;
 - e) Programas de Segurança do Trabalho;
 - f) Diário de obra de acordo com o Tribunal de Contas.

1.4.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando o início da obra.

1.4.3. Da execução dos serviços:

- a) Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas em Edital e nos seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- b) Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, CAU e CFT, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas

 ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- c) Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.
- d) A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aos funcionários que executarão as obras descritas no Edital e nos seus Anexos, devendo ainda, serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.
- e) A **CONTRATADA** levará em consideração, ainda, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- f) As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos servicos, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;
- g) Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- h) Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- i) A **CONTRATADA**, durante a execução da obra, deverá periodicamente remover entulhos e detritos que venham a se acumular no canteiro, entregando a obra completamente limpa.
- j) Para a CONTRATADA do lote 2 que não possua homologação junto a CELESC, será permitida a subcontratação de empresa para realizar o serviço de intervenção na rede da concessionária (apenas efetuar a conexão entre a rede nova a ser executada e o ponto de entrega).

1.4.4. Da medição dos serviços:

- a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.
- b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.
- c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.
- 1.4.5. Ao encerrar a obra a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:
- a) "As built" da obra SE NECESSÁRIO;

- b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.
- 1.4.6. A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

1.4.7. Da Garantia da obra e dos serviços:

- 1.4.7.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da **CONTRATANTE** e no presente Contrato;
- 1.4.7.2. O **CONTRATADO** será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 1.4.7.3. O **CONTRATADO** responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de **05 (cinco) anos**, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- 1.4.7.3.1. Desta forma, cabe ao **CONTRATANTE**, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.
- 1.4.7.4. Na hipótese de a **CONTRATADA** se recusar em atender disposto nesse item (*da garantia dos serviços*) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei n.º8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. Pela execução total do contrato a **CONTRATADA** receberá R\$... (...):
- 2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Consultoria Técnica da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.
- 2.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4°, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.
- 2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.
- 2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".
- 2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a **CONTRATADA**;
- 2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório, bem como o *número do Convênio (Convênio 909431/2020, Programa: Apoio a Projetos de infraestrutura turística)*.
- 2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a **CONTRATADA**.

- 2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela **CONTRATADA**.
- 2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s):

04.008.15.451.0400.2.408- Manutenção e conservação de prédios públicos

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):

544 - Convênio Turismo 909431/2020 - Centro de eventos

000 - Recurso ordinários

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cabe ao Município:

- 4.1.1. A definição do objeto desta licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório e à fiscalização do contrato;
- 4.1.3. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo pelo servidor designado;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as disposições do presente Edital;
- 4.1.5. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.6. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços, para início da execução dos objetos, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

4.2. Cabe a CONTRATADA:

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo, Orçamento Máximo e demais informações constantes do Edital e seus anexos.
- 4.2.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;
- 4.2.3. Subcontratar empresa para realizar o serviço de intervenção na rede da concessionária (apenas efetuar a conexão entre a rede nova a ser executada e o ponto de entrega), caso a CONTRATADA do lote 2 não possua homologação junto a CELESC.
- 4.2.4. Entregar a obra, completamente executada, em até 1 (um) mês quanto ao LOTE 1; e em até 3 (três) meses quanto ao LOTE 2; contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece os cronogramas físico-financeiros;
- 4.2.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 4.2.6. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.7. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

- 4.2.8. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;
- 4.2.9. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 4.2.10. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada; realizando a fiscalização sobre o uso dos EPI's pelos funcionários;
- 4.2.11. Atender as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- 4.2.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da **CONTRATANTE** e no presente Contrato;
- 4.2.12.1. O **CONTRATADO** será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 4.2.12.2. O **CONTRATADO** responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de **05 (cinco) anos**, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- 4.2.12.2.1. Desta forma, cabe ao **CONTRATANTE**, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.
- 4.2.12.3. Na hipótese de a **CONTRATADA** se recusar em atender disposto nesse item (*da garantia dos serviços*) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da **CONTRATADA**.
- 4.2.13. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos servicos:
- 4.2.14. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;
- 4.2.15. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;
- 4.2.16. Fornecer à Secretaria Municipal de Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 4.2.17. Facilitar todas as atividades de fiscalização pelos servidores do Município, permitindo inclusive o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da CONTRATADA, na forma dos arts. 45 e 49 a 51 da Portaria nº 424/2016;
- 4.2.18. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao inicio da execução do obieto:
- 4.2.19. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 5.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
- 5.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);
- 5.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
- 5.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;
- 5.3.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 5.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 5.3.1 e 5.3.2 será o valor inicial do Contrato.

5.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Municipio de Luzerna.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4°, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 7.1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- 7.2. A incoerência da **CONTRATADA**, nas hipóteses previstas no artigo 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do contrato, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- 7.3. A rescisão contratual poderá ser:
- 7.3.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.
- 7.3.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, desde que demonstrada conveniência para a Administração.
- 7.3.3. Judicial, nos termos da legislação.
- 7.4. A aplicação das penalidades previstas no Item 16 não eximirá o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

- 8.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá **prazo de vigência correspondente a 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.
- 8.1.1. O prazo de execução das obras corresponde a: 1 (mês) para o LOTE 1 e 3 (três) meses para o LOTE 2, sendo necessária prorrogação, esta deverá ser direcionada a Consultoria Técnica, devidamente justificada, para seu deferimento ou indeferimento, prorrogação e publicação no Diário Oficial dos Municípios, devendo ser respeitado o limite de 12 (doze) meses, correspondente ao prazo de vigência contratual.
- 8.2. Fica estabelecido que, com a **CONTRATADA** será celebrado contrato devendo ser assinado em até **05** (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 8.3. Caso a **CONTRATADA** declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.
- 8.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.
- 8.5. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o Município, ainda exercerá a fiscalização e acompanhamento através do Setor de Consultoria Técnica, representado pela engenheira Srta. **JULIANA CORBANI** e o Consultor Técnico Sr. **ANDRÉ LUIS TOIGO**



DIESEL, ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercendo a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, ... de ... de 2022.

JULIANO SCHNEIDER MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE

	RESPONSÁVEL EMPRESA CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:		
1	2	